



PROJETO DE LEI - EXECUTIVO Nº 2543/2025

Autoria: Clairton Dutra Costa

Vieira

Nº do Protocolo: 2148/2025 Protocolado em: 19/11/2025

17h27

ALTERA DISPOSTITIVOS DA LEI 2625/2024 QUE DISPÕE SOBRE A ESCOLHA DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE

ENSINO DE CARANDAÍ - MG.

O povo de Carandaí, por seus representantes na Câmara Municipal, APROVA:

Art. 1º O caput do artigo 8º, o artigo 10, o caput do artigo do art. 13, o artigo 14, o caput do artigo 19, o § 3º do artigo 22 e o artigo 24 da Le 2625/2024 passam a vigorar com a seguinte redação:

- **Art. 8º** Disporão, obrigatoriamente, de Vice-Diretores as escolas que se enquadrarem em qualquer dos seguintes requisitos:
- **Art. 10** O mandato de Diretor terá a duração de três anos a contar da data da posse, ressalvada a hipótese do artigo 24.
- **Art. 13** Para dirigir o processo de eleição será constituída uma Comissão Eleitoral, que se instalará no mínimo 30 (trinta) dias antes da data fixada para eleição e terá a seguinte composição:
- **Art. 14** Compete à Comissão Eleitoral publicar Editais, coordenar a Assembleia Geral, fixar os locais de propaganda, receber, homologar e divulgar a inscrição dos candidatos e constituir as mesas eleitorais e escrutinadoras, de acordo com as instruções baixadas pelo Prefeito Municipal.
- **Art. 19** A comunidade escolar com direito a voto será convocada pela Comissão eleitoral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data fixada para a eleição de diretores.

Art. 22 ...

§3º Recebida a documentação pelo chefes do Poder Executivo, este deverá até 15 (quinze) dias do recebimento, expedir e publicar o ato de designação da chapa que assumira a direção da respectiva escola.

- **Art. 24** Caso a eleição se verifique após o início do ano letivo, o exercício fiscal em que ser der a designação será integralmente considerado como de efetiva atividade na função para os fins do artigo 10.
- Art. 2º Ficam revogados: a alínea a do inciso II do artigo 17, e os artigos 21, 25 e 26 da Lei 2625/2024.









Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Agostinho Corsino de Oliveira, 19 de novembro de 2025

MENSAGEM À CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora.

O presente projeto de Lei busca promover adequação na Lei 2625/2024 de forma a propiciar maior transparência e tranquilidade na realização do processo de certificação e eleição de diretores, permitindo maior prazo de inscrição, de divulgação de editais e para convocação da participação da comunidade escolar, garantindo assim, maior transparência e participação.

Na oportunidade sugere-se a revogação do art. 21 da Lei nº 2625/2024, que estabelece quóruns mínimos de participação de pais e alunos para a validação da votação destinada à escolha de Diretor Escolar.

A experiência administrativa demonstra que a exigência de quórum mínimo — inicialmente de 50% dos eleitores e, posteriormente, de 1/3 nas hipóteses de nova convocação — revela-se de difícil cumprimento, dada a natureza não obrigatória da participação da comunidade escolar nesse tipo de processo. Trata-se de votação facultativa, cuja adesão depende exclusivamente da motivação voluntária dos pais, responsáveis e estudantes, o que inviabiliza a garantia de índices de participação tão elevados.

A manutenção desses quóruns acaba por tornar inócua e desnecessária a etapa anterior de certificação e habilitação dos candidatos a Diretor, a qual foi criada justamente para assegurar a capacidade técnica, o preparo e a adequação profissional dos participantes. Assim, ao condicionar a validade da votação a um quórum praticamente inalcançável, o dispositivo acaba frustrando a finalidade do processo seletivo como um todo e gera insegurança quanto ao provimento da função de direção escolar.

Além disso, a exigência atualmente prevista não dialoga com as práticas mais modernas de gestão democrática, que valorizam a participação, mas não vinculam a efetividade do processo à obtenção de quóruns rígidos e desproporcionais.

Verifique-se ainda, que não atingido o quórum, a escolha passa ser pela própria Secretaria de Educação, desconsiderando a realização de toda etapa de certificação.

A revogação do art. 21, portanto, traz racionalidade, segurança jurídica e eficiência ao processo de escolha das gestoras escolares, permitindo que a votação cumpra sua finalidade consultiva e legitimadora, sem comprometer o provimento da função nem invalidar etapas já superadas pelo corpo









docente.

Da mesma forma, sugere-se a exclusão da alínea *a* presente no inciso II do artigo 17, vez que traz para dentro do procedimento participação de entidade externa à rede municipal de ensino, da mesma forma que os artigos 25 e 26, vez que os planos e metas de ação da unidades não devem se constituir em uma ação isolada, mas devem ser planejados de forma que estejam em harmonia com a politica educacional do município, atendidas as peculiaridades de cada unidade escolar.

Diante do exposto, solicito a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei. Atenciosamente,

> Clairton Dutra Costa Vieira Prefeito Municipal









EXTRATO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Documento: Projeto de Lei - Executivo Nº 2543/2025

Status: processo de assinatura **FINALIZADO Data da Versão do Doct.:** 19/11/2025 15:19:05

Hash Interno: bvdnke6qzhxcydhmtp5ebhytowh8xv4vdx4lj7z3



Chave de Verificação

6EA3T-RPEUN-GA706-PFXCC-XEBKW

Para verificar a autenticidade deste extrato, acesse: www.cmcarandai.gwlegis.com.br/validador e informe a chave de verificação.

Lista de Signatários Deste Documento

CPF	Nome Completo	Status da Assinatura
675.***.***-78	Clairton Dutra Costa Vieira	Assinado



